

RESENHA: O POPULISMO REACIONÁRIO NO BRASIL: PROJETO TRADICIONALISTA OU AMBIVALÊNCIA DA MODERNIDADE POLÍTICA?

RESEÑA: POPULISMO REACCIONARIO EN BRASIL: ¿PROYECTO TRADICIONALISTA O AMBIVALENCIA DE LA MODERNIDAD POLÍTICA?

REVIEW: REACTIONARY POPULISM IN BRAZIL: TRADITIONALIST PROJECT OR AMBIVALENCE OF POLITICAL MODERNITY?



Marcos Abraão RIBEIRO¹
e-mail: olamarcos@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

RIBEIRO, M. A. Resenha: o populismo reacionário no Brasil: Projeto tradicionalista ou ambivalência da modernidade política? **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 33, n. 00, e024006, 2024. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v33i00.1044>



| **Submetido em:** 16/05/2023
| **Revisões requeridas em:** 10/09/2023
| **Aprovado em:** 20/02/2024
| **Publicado em:** 17/04/2024

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Instituto Federal Fluminense, campus Campos Centro (IFF), Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. Doutor em Sociologia Política (UENF). Professor EBTT no Instituto Federal Fluminense, campus Campos Centro.

Desde as jornadas de junho de 2013 e da ascensão da Operação Lava Jato, o Brasil vivencia uma profunda crise que teve como consequências a criminalização da política, o golpe parlamentar de 2016 (Santos, 2017) e a inédita eleição da extrema-direita à presidência da República com a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018. Dentro de um contexto no qual a democracia brasileira foi profunda e continuamente atacada, o tema do autoritarismo retornou como questão central da produção acadêmica e do debate público brasileiros (Ribeiro, 2020).

A crise da democracia, o autoritarismo e as ameaças de ruptura institucional, contudo, são dilemas globais, e não particularidades brasileiras, como podemos observar por meio dos trabalhos de Santos (2017), Miguel (2019), Morelock (2018), Levitsky e Ziblat (2018) e Teitelbaum (2020). Os últimos quatro autores, inclusive, se debruçam sobre a crise da democracia norte-americana que, para muitos, parecia segura de qualquer ameaça.

Nesse sentido, o bolsonarismo, apesar dos elementos próprios à realidade brasileira, faz parte de uma conjuntura maior de ascensão global da extrema-direita no mundo (Nobre, 2020). Um elemento nacional importante, por sua vez, foi a reorganização da direita brasileira, que fez com que houvesse, nas eleições de 2018, uma relação mais consistente entre voto e ideologia, sobretudo se compararmos com eleições anteriores. Assim, a eleição de Bolsonaro representou a votação em um candidato com o qual os eleitores compartilhavam valores (Fuks; Marques, 2020).

Nesse contexto global de ressecção democrática que colocou a extrema-direita como movimento político mais transformador do século XXI (Teitelbaum, 2020), o populismo, um dos conceitos mais controversos e polissêmicos da teoria política (Cassimiro, 2021), voltou à ordem do dia (Ricci *et al.*, 2021).

A categoria, contudo, tem uma longa utilização no país, desde os anos 1950, quando foi mobilizada para a compreensão do ademarismo pelo então Instituto de Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP (Gomes, 1996). Posteriormente, o populismo foi consagrado pela clássica interpretação de Francisco Weffort (2003). Agora, o conceito voltou a ser mobilizado para a caracterização do bolsonarismo e do seu personagem central, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Nesse contexto, o populismo foi utilizado por vários autores como Schwarcz (2019), DaMatta (2020), Tamaki; Fuks (2020), Ricci; Izumi; Moreira (2021) para cada qual ao seu modo, compreender o bolsonarismo. O trabalho de Lynch e Cassimiro se junta, portanto, às interpretações que pretendem oferecer uma explicação para a crise brasileira

contemporânea. A obra é dividida em introdução, quatro capítulos e conclusão, dos quais apresentarei os elementos principais para, em seguida, tecer alguns comentários.

Na introdução, os autores oferecem uma definição de populismo para compreender as ações radicais contra a democracia liberal e subsidiar conceitualmente suas interpretações sobre o governo Bolsonaro: “Por *populismo* designamos um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 12). Os autores expõem uma definição de populismo, suas características e tipos para demarcar que o foco do livro é o populismo radical de direita, que, supostamente, retrataria a vontade popular, uma vez que significaria a restauração de uma ordem pautada pela hierarquia nas dimensões do trabalho e da vida privada (Lynch; Cassimiro, 2022).

O populismo reacionário sustenta que a representação tradicional não significa a vontade do povo (Lynch; Cassimiro, 2022). É a partir dessa recusa que se poderia compreender a ascensão do líder populista, que, por sua vez, seria o intérprete privilegiado da vontade popular. Assim, o grande dilema para a representação do povo estaria na democracia liberal, pois dentro dela a elite monopolizaria os recursos políticos, econômicos e sociais do poder. Como consequência, o líder populista radical seria o herói antissistema, uma vez que o Estado de direito seria reduzido a estratagemas (Lynch; Cassimiro, 2022). Como consequência, todas as ações radicais, como a ocorrida nos Estados Unidos, seriam expressão da liberdade de expressão contra o sistema e o seu consequente totalitarismo (Lynch; Cassimiro, 2022).

Os autores também efetuam uma importante diferenciação entre conservadores e reacionários com o intuito de expor de modo consistente o significado e a novidade do populismo reacionário, que se caracteriza pela negação da ordem existente “e a promessa de sua superação por um modelo fiel à ordem política legítima, destruída por ‘revolucionários’ imaginários ou reais – tanto liberais como socialistas” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 24). Além da demarcação da forma como se realiza, isto é, o seu caráter global, os autores também se dedicam a expor o desenvolvimento do reacionarismo no Brasil, como o integralismo e os monarquistas *patrianovistas*. Os autores sustentam, por sua vez, que o reacionarismo sempre foi minoritário por conta da proeminência de outras ideologias como o conservadorismo estatal, o neoliberalismo e o conservadorismo culturalista (Lynch; Cassimiro, 2022). Na introdução, portanto, são expostos os elementos conceituais, teóricos, históricos e analíticos que são aprofundados e funcionarão como pano de fundo para a análise do populismo reacionário do governo Jair Bolsonaro.

No primeiro capítulo, os autores formulam uma interpretação sobre os elementos que foram decisivos na conjuntura brasileira para demonizar a política e pavimentar o caminho para a ascensão do populismo reacionário. Um fator central foi a revolução judiciarista, através das ações do Judiciário para reestabelecer as corrompidas instituições políticas, e que teve na criminalização do sistema político uma de suas consequências (Lynch; Cassimiro, 2022). O judiciarismo, por vez, tem uma longa história no Brasil:

Ao contrário do que se pode imaginar, o judiciarismo é um fenômeno antigo no Brasil. Tem inspiração no papel de guardião da Constituição exercido pela Suprema Corte dos Estados Unidos, descrito e divulgado por clássicos como Tocqueville e James Bryce. Ele aflorou entre nós com a República e a criação do Supremo Tribunal Federal, encarregado de arbitrar as contendas entre os poderes políticos e garantir os direitos fundamentais, e encontrou seu amadurecimento liderado por Rui Barbosa desde o começo do regime, contra a ditadura do Marechal Floriano Peixoto e, encampado por Ministros do Supremo Tribunal, como Pedro Lessa (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 40).

A partir do governo Hermes da Fonseca (1910-1914) o judiciarismo se tornou discurso contra o *establishment* político da Primeira República, baseado na política dos governadores, e que era sistematicamente criticado pelos bacharéis (Lynch; Cassimiro, 2022). Os grupos formados por juízes e promotores representariam “vanguardas modernizadoras”, que lutariam contra os políticos profissionais. Assim, o entendimento do lavajatismo deve levar em consideração o papel das “vanguardas modernizadoras” presentes na cultura política brasileira. Nesse sentido, os apoiadores do lavajatismo acreditavam que estavam vivendo um processo revolucionário, que seria levada a cabo por uma classe média “idealista, progressista e civicamente orientada” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 37). Dessa forma, o conceito de revolução representaria um processo de transformação amplo mobilizado pela sociedade civil que não toleraria o privilégio e a impunidade (Lynch; Cassimiro, 2022).

Para tanto, os autores reconstroem os elementos centrais desenvolvidos na Nova República, iniciada em 1985, sobre a qual sustentam que teve durante longo período um ciclo progressista ecumênico. Os elementos que deram estabilidade foram a Constituição de 1988 e o presidencialismo de coalizão, responsável por estabilizar as relações entre os poderes Executivo e Legislativo (Lynch; Cassimiro, 2022). Os autores demonstram como a solidez do sistema político permitiu a sucessão liberal dos governos FHC bem como a sucessão social-democrata dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, os escândalos de corrupção provocaram a degradação qualitativa do presidencialismo de coalizão. Assim, com as jornadas de junho de 2013, houve o retorno do

conservadorismo político, devido à crise da globalização, e, internamente, devido à crise do modelo de governabilidade. Assim, os conservadores tiveram organizadas as condições para se apresentarem como antissistema ao colocarem a culpa pela crise nos escândalos de corrupção.

Em 2015, por sua vez, houve a formação de uma vasta coalização de liberais e conservadores. Diante da incapacidade de autorreforma do sistema político, surgiu no Judiciário e no Ministério Público uma “vanguarda” de juízes federais e procuradores para retirar o PT do poder a partir das investigações contra a corrupção (Lynch; Cassimiro, 2022).

As jornadas de junho tiveram o papel de canalizar o sentimento de insatisfação com o sistema político, que teve na Operação Lava Jato, para aqueles que estavam insatisfeitos, a confirmação de sua degradação. Os autores também apresentam as várias leituras da conjuntura a partir das ideologias políticas para compreendermos, por exemplo, como o Judiciário se tornou ator político através da revolução judiciarista.

A partir de uma abordagem multifatorial, os atores constroem uma interpretação complexa dos componentes da “revolução judiciarista”. Para tanto, retomam a nossa história e apresentam como, nos anos 1990, foram instituídas as condições teóricas e institucionais que possibilitaram as ações realizadas pela revolução judiciarista, como a influência liberal de Raymundo Faoro para o neoconstitucionalismo brasileiro (Lynch; Cassimiro, 2022). Dessa forma, os autores sustentam de modo convincente a existência de um pensamento político da revolução judiciarista, pautado pelo neoconstitucionalismo, e expresso pela interpretação do Brasil contida no pensamento político de Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os autores também apresentam como foi sendo constituída a reação ao judiciarismo depois do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Internamente, a divisão dos membros da Suprema Corte e a atuação política de Gilmar Mendes foram decisivos para que o judiciarismo fosse desacreditado (Lynch; Cassimiro, 2022). A partir de junho de 2017, houve o liquidamento da revolução judiciarista, pelas ações da oligarquia em torno de sua desmoralização (Lynch; Cassimiro, 2022). A ascensão e queda da revolução judiciarista são fundamentais para compreendermos os elementos locais que foram decisivos para ascensão do populismo reacionário.

No sistema político, houve reação ao judiciarismo à direita e à esquerda. Contudo, o judiciarismo conseguiu incentivar o mito de uma “sociedade civil virtuosa”, que deveria conduzir o país no lugar da elite política. Assim, o trabalho sistemático de desmoralizaçãoda

política, aliado a desidratação de candidatos antissistema de perfil democrático, a recusa de Lula em apoiar outro candidato, a subestimação da candidatura Bolsonaro e o atentado sofrido por ele durante a campanha, foram decisivos para que o Brasil constituísse, a partir de janeiro de 2019, um governo de reacionários radicais, que basearam suas ações na “guerra cultural” que, utilizando as técnicas do populismo reacionário, se colocou contra o funcionamento livre das instituições (Lynch; Cassimiro, 2022).

No segundo capítulo, os autores demarcam de forma precisa o conservadorismo reacionário, cuja lógica é destruir tudo aquilo que existe para estabelecer em seu lugar uma ordem idealizada do passado. A partir do exemplo do neoliberalismo, que expressa um híbrido de liberalismo e conservadorismo, os autores apontam o caráter mutante das ideologias políticas e o papel central ocupado pelos portadores sociais para a sua difusão, o que será crucial para explicar como a ideologia do populismo reacionário foi difundida de modo sistemático no Brasil.

Um personagem crucial para o populismo reacionário abordado neste capítulo é o filósofo Olavo de Carvalho. De acordo com Carvalho, deveria haver uma luta firme contra a modernidade através da “guerra cultural” em defesa da família e da religião (Lynch; Cassimiro, 2022). Para tanto, Olavo de Carvalho popularizou suas ideias por meio de cursos na internet em que apresentava obras de autores reacionários clássicos e ocultistas e irracionistas do século XX, como René Guénon, Julian Evola e Carl Schmitt. Para os indivíduos que não teriam capacidade intelectual de participar dos cursos, a mobilização se daria através das palavras proferidas pelas redes sociais. No contexto de luta da humanidade contra o “sistema”, o emprego do discurso de ódio e da violência – física e simbólica – seria um instrumento crucial de combate à modernidade, seus valores, instituições e ideologias, estas últimas reduzidas ao “comunismo” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 81).

Através das ideias de Olavo de Carvalho seria possível expor de forma detalhada a especificidade do reacionarismo que fora apresentado no capítulo anterior, sobretudo pela ocupação da presidência da República por um tipo específico de reacionários – os culturalistas (Lynch; Cassimiro, 2022). O reacionarismo se baseia em dois aspectos centrais – o caráter extra-humano da ordem social e o caráter especular e plástico ao se referirem aos inimigos. Precisamente, se o inimigo for o liberalismo, o reacionarismo será estatista; caso ele seja o socialismo, o populismo reacionário será neoliberal (Lynch; Cassimiro, 2022).

No caso específico do Brasil, viveríamos um processo de decadência iniciada pela ação do marxismo nos anos 1950. Com isso, deveria ser levada a cabo uma cruzada em torno da

restauração do que era considerada a autêntica cultura nacional (Lynch; Cassimiro, 2022). A perspectiva reacionária de Olavo de Carvalho é fundamental, portanto, para que possamos compreender a “guerra cultural” levada a cabo pelo governo Bolsonaro, como os sistemáticos ataques do Ministério da Educação às universidades ou a política externa de alinhamento os Estados Unidos de Trump (Lynch; Cassimiro, 2022).

Com a delimitação do culturalismo reacionário, os autores conseguirão sustentar de modo preciso que o governo Bolsonaro não foi um governo normal, isto é, pautado em maiorias parlamentares e baseado em normas constitucionais, ou seja, um governo norteado pelos valores da ordem moderna racional-legal. O governo, contudo, representou a institucionalização de um projeto cujo objetivo primordial é destruir a democracia liberal para instaurar um regime autoritário e personalista (Lynch; Cassimiro, 2022).

Além dos reacionários culturalistas, a coalização bolsonarista era composta também por militares aposentados contemporâneos de Bolsonaro da época em que ele estudara na Academia Militar das Agulhas Negras, como o vice-presidente Hamilton Mourão e o Ministro Walter Braga Neto (Lynch; Cassimiro, 2022). Esses militares argumentavam que o Brasil necessitava de um “freio de arrumação”, por conta da “anarquia” que teria prevalecido no país desde 2013. Os militares, contudo, eram diferentes de reacionários e neoliberais: “Embora atenuado, seu tradicional estatismo é herdeiro do absolutismo ilustrado de Pombal e Jose Bonifácio, focado em construir o Estado em torno de uma burocracia orientada pelo ideal do mérito e da ciência” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 85).

O governo Bolsonaro tem como oposição especular Lula, pois o ex-presidente e a esquerda de modo geral seriam modelos para a formulação de um discurso de mudança radical por meio da “guerra cultural”. Para tanto, o populismo reacionário parte de exemplos pontuais de intolerância ideológica da esquerda em universidades, por exemplo, para sustentar que as instituições de ensino superior são “aparelhadas” pela ideologia de esquerda (Lynch; Cassimiro, 2022). Se internamente Lula é alçado a referência especular, externamente a figura central é a de Donald Trump, pois o ex-presidente estadunidense é demarcado como modelo de cultura política autoritária para as ações do populismo reacionário no Brasil (Lynch; Cassimiro, 2022).

Como último ponto, os autores argumentam sobre o papel praticado pelos economistas neoliberais, que teriam a função de administrar a economia para os setores mais incivilizados do mercado. Nesse sentido, o economista Paulo Guedes exerceu o papel de promotor de um discurso econômico que fosse ao encontro de setores do empresariado, do capital financeiro e

das classes médias que simpatizariam com o desmonte do Estado brasileiro (Lynch; Cassimiro, 2022). Mesmo com sua impopularidade, o neoliberalismo teve um papel central para o projeto do populismo reacionário, pois forneceu a Bolsonaro um suporte econômico e uma alternativa à crise iniciada no governo Dilma (Lynch; Cassimiro, 2022).

No terceiro capítulo, os autores constroem uma interpretação complexa sobre a ideologia reacionária e suas interfaces no governo Bolsonaro, como o relacionamento entre reacionários e neoliberais para a concretização de seu projeto de poder.

Os autores retomam a ênfase nos portadores sociais das ideologias, em perspectiva global, a partir da obra do jurista alemão Carl Schmitt. Além de compreendermos a globalidade do reacionarismo, a exposição das teses de Schmitt permite que entendamos a circulação global das ideias e sua recepção no Brasil, como o seu modelo fascistizante de “democracia iliberal”: “O populismo reacionário promete assim por uma “revolução conservadora” restabelecer o idílico passado em que a nação vivia harmoniosamente com seus costumes tradicionais” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 121).

O populismo reacionário reproduz o pensamento schmittiano que define ditadura como democracia e democracia como ditadura (Lynch; Cassimiro, 2022). Assim, o populismo reacionário utiliza o pensamento schmittiano para reproduzir a tese de que o poder moderador é prerrogativa do presidente da República (Lynch; Cassimiro, 2022). A passagem pelas teses do jurista alemão é fundamental para compreendermos, por exemplo, os ataques sistemáticos à Constituição liberal de 1988 (Lynch; Cassimiro, 2022).

Após apresentarem a base jurídico-política do populismo reacionário, os autores analisam as estratégias políticas e a organização do bolsonarismo na Presidência da República, isto é, sua concretização na política brasileira. Como estratégias políticas, o bolsonarismo atacou de forma sistemática as instituições, como o STF, as universidades e centros de pesquisas, como se fossem compostos por inimigos do povo, segundo o modelo fascistizante de Carl Schmitt (Lynch; Cassimiro, 2022).

Além de uma leitura iliberal da Constituição, o reacionarismo populista apresenta como *modus operandi* o negacionismo estrutural, que teve grande repercussão no debate público brasileiro com o início da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19 (Lynch; Cassimiro, 2022). O negacionismo estrutural tem um caráter instrumental para o populismo reacionário, pois é utilizado para negar os postulados da racionalidade moderna e das instituições que produzem verdades baseadas na ciência (Lynch; Cassimiro, 2022). A partir dos elementos supracitados, os autores sustentam que o constitucionalismo autoritário, avesso

ao Estado de Direito, é baseado na Razão de Estado, que tem como premissa a possibilidade de desrespeito às leis pelo governante sempre que a “segurança nacional”, isto é, a do presidente, estiver ameaçada (Lynch; Cassimiro, 2022). A partir da doutrina da Razão do Estado, são reproduzidas duas técnicas que são capitais para compreender as ações de Bolsonaro no poder: o “segredo de Estado”, que legitima a censura e a divulgação dos atos e informações pelo governante; e o “Golpe de Estado”, cuja ação violenta seria mobilizada para neutralizar os inimigos do presidente, confundidos com opositores da segurança nacional (Lynch; Cassimiro, 2022).

Após apresentarem as estratégias políticas do populismo reacionário, os autores expõem as formas de gestão política e administrativa, que foram legadas a dois grupos – “gabinete do ódio” e “gabinete das sombras”. O primeiro núcleo, de caráter propagandístico, tem nos três filhos do presidente os protagonistas e é responsável por nortear as ações de Bolsonaro como figura pública (Lynch; Cassimiro, 2022). O “gabinete do ódio” reproduz as técnicas de Steve Banonn em torno da “guerra cultural”, como a simulação da existência de um poder maior do que Bolsonaro realmente possui e a utilização da linguagem radical do seu próprio público, de modo a promover a intimidação permanente dos seus críticos e das instituições (Lynch; Cassimiro, 2022).

O segundo grupo, por sua vez, é formado pelo “gabinete militar”, composto por generais aposentados que são responsáveis por fazer articulações políticas com os outros poderes. Segundo os autores, esse grupo tem o papel simbólico de “restaurador da autoridade” na administração pública, isto é, do imaginário em torno do “bom governo” da ditadura militar do período 1964-1985. Concretamente, esse núcleo possui um papel pragmático, ou seja, de garantir a sustentação do governo junto aos demais poderes (Lynch; Cassimiro, 2022). Contudo, os autores sustentam que o objetivo principal é aproveitar o aparelho estatal para conferir visibilidade e relevância política para a família Bolsonaro como a principal expoente da extrema-direita no Brasil (Lynch; Cassimiro, 2022). O objetivo do populismo reacionário como projeto familiar de poder é a submissão de todas as instituições e seus operadores às vontades de Bolsonaro e de seus familiares. Tal subversão, por sua vez, seria legítima porque retrataria a “vontade do povo”.

No quarto capítulo, os autores expõem como as ideologias têm relação direta com a vida cotidiana, pois exercem o papel crucial de criadoras de imaginários políticos. Tal abordagem é decisiva para que compreendamos a novidade do populismo reacionário no Brasil, tese central do livro (Lynch; Cassimiro, 2022,). Além de reforçarem a complexidade

causal que gerou o populismo reacionário, os autores procuram reforçar o argumento de que Bolsonaro utiliza a mentira e o blefe para mobilizar a sua base radical na luta contra a democracia, como a ideia de que teria apoio das Forças Armadas para instituir um golpe de Estado. Os autores sustentam que o objetivo real de Bolsonaro é criar um ambiente de caos que o possibilite garantir a impunidade, isto é, o golpismo seria um artifício publicitário para angariar votos de radicais e permanecer impune (Lynch; Cassimiro, 2022).

Lynch e Cassimiro também abordam os equívocos dos postulantes da terceira via em equivaler Bolsonaro a Lula e analisam a intrincada relação do presidente com o Centrão, seus objetivos políticos e a ilusão de qualquer moderação política para Bolsonaro. Também argumentam sobre o processo de ideologização do Centrão, como o seu interesse em implementar o semipresidencialismo no Brasil.

Na conclusão, os autores argumentam que tiveram como objetivo estabelecer os limites entre populismo e democracia. O populismo reacionário se constitui pela articulação entre um discurso ideológico e a proposta de fechamento do horizonte democrático, como pode ser visto por três das cinco heranças deixadas pelo bolsonarismo:

(1): Bolsonaro deu forma e força a uma nova cultura política de extrema-direita que une elementos novos e velhos de ideologias reacionárias e fascistas no Brasil e do mundo. (2) Criou no Brasil um programa político, inspirado em Trump, que passa por explorar o ódio à democracia por meio da mentira sistemática. (3) Criou um método de aparelhamento administrativo, destrutivo das práticas republicanas, pela cooptação dos desclassificados e ressentidos da Administração, e pela intimidação dos bons e capazes. (...) (5) Criou laços fortes com a Internacional Fascista de Trump, Orban, Salvini *et caterva*, para fazer o intercâmbio das técnicas de propaganda populista antidemocrática (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 190-91).

Além de enfatizarem pontos desenvolvidos no decorrer dos capítulos, Lynch e Cassimiro também expõem proposições jurídico-políticas para resguardar a democracia liberal e as instituições que lhe dão suporte. A proposta de elementos normativos é fundamental porque os autores sustentam que o populismo reacionário continuará na realidade brasileira como uma das vertentes de nossa cultura política (Lynch; Cassimiro, 2022).

No final do livro é apresentado o dilema do parasita. Apesar de o líder populista ter se notabilizado pelos ataques sistemáticos, trazem o provocativo questionamento se existe um real interesse em destruir a democracia, sobretudo quando são confrontadas as dimensões do discurso e da prática política. Apesar de gostarem de expressar a fantasia pública de que podem destruí-la, teriam um temor em torno da imprevisibilidade criada com o fim da democracia que os levaria, como parasitas, a desaparecer junto com ela (Lynch; Cassimiro, 2022). Assim,

o dilema do parasita deixa em suspeição o interesse do populismo reacionário em destruir a democracia efetivamente, sobretudo quando enfatizamos a dimensão ideológica e a utopia reacionário que lhe dão suporte.

O livro resenhado contém uma contribuição crucial para a compreensão dos fatores, internos e externos, que foram decisivos para a ascensão da extrema-direita à presidência da República e seu enraizamento na cultura política brasileira. O texto alia, de modo muito bem articulado, teoria política, teoria constitucional, pensamento jurídico e político brasileiro, bem como análise institucional que permitem a formulação de uma contribuição teórica original para compreender a tragédia política do Brasil contemporâneo.

Através de uma interpretação de caráter dialético, os autores recusam qualquer essencialismo ou singularidade política pré-moderna, e conseguem sustentar de modo convincente a novidade do populismo reacionário no Brasil, através da demarcação de sua globalidade como fenômeno político e as particularidades de sua institucionalização no país.

Nesse sentido, a mobilização do conceito de populismo se afasta das interpretações apresentadas no início dessa resenha. Primeiro, ela se distancia das leituras de Schwarcz e DaMatta, para os quais o conceito representaria uma singularidade política nacional (Dutra; Ribeiro, 2021). O conceito também se afasta da caracterização discursiva do populismo, presente em Tamaki e Fuchs (2020), e Ricci *et al.* (2021), uma vez que conectam a dimensão discursiva com as ações para depor o Estado de Direito e implantar uma democracia iliberal. Precisamente, a proposição de populismo reacionário confere maior concretude ao conceito para sua distinção com relação a outros formas populismo, à direita e à esquerda, que não se opõem à democracia liberal. A concepção de populismo trabalhada no livro permite também, no campo da teoria política e da geopolítica do conhecimento, a construção de uma interpretação teoricamente fundada do movimento de direita radical no Brasil, isto é, que conecta dialeticamente generalidade e particularidade.

O livro também auxilia a construção de uma leitura complexa e plural da modernidade política a partir da periferia, uma vez que não a reduzem à sua faceta constitucional, liberal e democrática. Assim, a obra tornar-se uma bibliografia indispensável para o entendimento dos dilemas da modernidade política amplamente concebida.

Apesar de conter uma contribuição de grande relevância, considero que o livro possui lacunas e questões internas que precisam ser destacadas. Faltou a comparação supracitada com outras perspectivas sobre o populismo no Brasil, que conferiria maior relevância à concepção de populismo reacionário. Um fator importante e que atribuiria maior sustentação ao caráter

reacionário do populismo seria uma abordagem detalhada dos setores católicos e protestantes e de suas grandes lideranças, isto é, a importância do cristofascismo (Py, 2020; 2021), pois foi elemento decisivo para a reprodução e legitimação do bolsonarismo como projeto de poder.

O dilema do parasita caracteriza, em minha leitura, uma ambiguidade no texto que, levada ao limite, torna-se um fator para questionar a própria autenticidade do bolsonarismo como movimento reacionário. Explico melhor. Se o reacionarismo possui base autenticamente tradicionalista e uma utopia regressiva como ideologia, que recusa convictamente a modernidade, suas instituições, valores e imaginários, o dilema do parasita, quando coloca em suspeição a real intenção de Bolsonaro em destruir a democracia, me faz questionar se o bolsonarismo é um autêntico movimento reacionário ou significa um movimento autoritário, moderno e autocrático, que tem como fim utilizar a retórica tradicionalista, com suas vantagens e privilégios decorrentes, através de um projeto familiar e pessoal de poder.

Como traço constitutivo, a modernidade política possui a bipolaridade entre autocracia e democracia (Ahler; Stichweht, 2019), que é elemento central para a caracterização do populismo reacionário como gramática política moderna. Como a efetiva oposição do bolsonarismo é com a democracia, e não um projeto concreto de oposição radical à modernidade (Teitelbaum, 2020), o reacionarismo de base culturalista, bem como a relação estreita com lideranças religiosas fundamentalistas, configuram uma dualidade estrutural do populismo reacionário, isto é, uma superfície, representada pelo discurso tradicionalista, que tem como fim destruir os elementos centrais do imaginário e das instituições da modernidade política. Na essência, contudo, há o interesse de parasitar a democracia por meio da exploração da bipolaridade da modernidade política, potencializando o lado autocrático, para, dentro dela, retirar as maiores vantagens possíveis. Precisamente, se a racionalidade política é traço central das ações de Bolsonaro (Nobre, 2020), o populismo reacionário no Brasil seria marcado pela conveniência utilitária racional (Domingues, 2021). Como outros autocratas como Alberto Fujimori, Hugo Chávez e Donald Trump, o objetivo de Bolsonaro era subverter a democracia por dentro (Levitisky; Ziblat, 2018). Assim, acredito que o bolsonarismo seja melhor caracterizado como “populismo autocrático”, pois a categoria sustentaria sua novidade e radicalidade, bem como o demarcaria, apesar dos elementos reacionários que o compõem, como movimento representativo da bipolaridade da modernidade política, e não um autêntico movimento reacionário que, do ponto de vista das ideias e práticas políticas, tem como fim destruir a modernidade política.

REFERÊNCIAS

- AHLERS, A. L.; STICHWEHT, R. The bipolarity of democracy and authoritarianism: value patterns, inclusion roles and forms of internal differentiation of political systems. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 819-846, 2019.
- CASSIMIRO, P. H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 35, p. 1-52, 2021.
- DAMATTA, R. **Você sabe com quem está falando?** Estudos sobre o autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco, 2020.
- DOMINGUES, J. M. **Teoria crítica e modernidade política**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/PUC-Rio, 2021.
- DUTRA, R.; RIBEIRO, M. A. Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 246-273, 2021.
- FUKS M.; MARQUES. P. H. “Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018”. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.
- GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- IORIS, R. Os EUA na encruzilhada: a crise do sonho americano. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 93, p. 128-137, 2021.
- LEVITISKY, S.; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.
- LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. **O populismo reacionário**. São Paulo, Contracorrente, 2022.
- MORELOCK, J. (Org.). **Critical theory and authoritarian populism**. Londres: University of Westminster Press, 2018.
- NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.
- PY, F. **Cristofascismo à brasileira na eleição de 2018**. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Eleicoes/Cristofascismo-a-brasileira-na-eleicao-de-2018>. Acesso em: 19 set. 2020
- PY, F. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro, **Tempo & Argumento**, n. 13, v. 34, p. 2-28, 2021.

RIBEIRO, M. A. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, n. 54, p. 358-373, 2020.

RICCI, P; IZUMI, M.; MOREIRA, D. O populismo no Brasil (1985-2019). Um velho conceito a partir de uma nova abordagem, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.107, v. 36, p. 1-22, 2021.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

TEITELBAUM, B. **Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 5ªed, 2003.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Gostaria de agradecer alguém ou alguma instituição? Descrever. Gostaria de agradecer a Fábio Py, George Gomes Coutinho e Roberto Dutra pela leitura de versões anteriores desta resenha. Também gostaria de agradecer aos pareceristas de Teoria & Pesquisa pelas críticas e sugestões. Ressalto, contudo, que os argumentos presentes nesta resenha são de minha inteira responsabilidade.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: Autoria única.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

